TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

186º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

432112

001. PROVA OBJETIVA SELETIVA

JUIZ SUBSTITUTO

- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, que possui 100 questões objetivas, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolher.
- Durante a realização da prova não são permitidos a comunicação entre os candidatos, o porte de arma e utilizar-se de telefone celular para qualquer fim, pager, pontos eletrônicos ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, palms, tablets ou similares.
- Não é permitida a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 2 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio | Sala | Carteira | Inscrição

S.P.Q.R. PREPARO JURÍDICO CURSOS PARA CONCURSOS

FUNDAÇÃO vunesp
30.08.2015

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

01. Em matéria de ilicitude dos atos jurídicos, é correto afirmar que

(A) o termo *a quo* da correção monetária na indenização por ato ilícito é a data do efetivo prejuízo, enquanto que na indenização por dano moral é a data do seu arbitramento.

(B) o descumprimento da prática convencional da pós-datação não retira a obrigação do sacado de efetuar o pagamento de título de crédito à vista e não gera indenização por responsabilidade civil do beneficiário.

(C) a pessoa jurídica de direito público não tem direito à indenização por dano moral.

(D) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

02. Em tema de outorga marital ou uxória, é correto afirmar que

(A) é válida a fiança prestada durante união estável sem anuência do companheiro, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

(B) o fiador tem legitimidade para arguir a invalidade da garantia fidejussória independentemente de tal consentimento.

(C) a assinatura do cônjuge, na qualidade de testemunha instrumental do contrato, supre a outorga exigida na garantia fidejussória, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

(D) é exigível em todos os regimes de bens, e sua ausência implica ineficácia total do contrato.

03. Acerca dos alimentos, é correto afirmar que

(A) considerando que se extingue o poder familiar pela maioridade (art. 1.635 do Código Civil), cessa desde logo o dever de prestar alimentos, dispensada decisão judicial a esse respeito.

(B) a obrigação alimentar dos ascendentes é subsidiária à obrigação alimentar entre irmãos, germanos ou unilaterais.

(C) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as prestações que se vencerem no curso do processo.

(D) se o cônjuge declarado culpado pela separação judicial vier a necessitar de alimentos e não tiver aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, desde que inexistam parentes na condição de prestá-los, limitados ao *quantum* indispensável à sobrevivência.

04. No que tange aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A transmissão da palavra de determinada pessoa poderá, sempre e em qualquer circunstância, ser proibida a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingir a honra ou se destinada a fins comerciais.

(B) O pseudônimo licitamente utilizado goza da proteção que se dá ao nome.

(C) A proteção dos direitos da personalidade aplica-se igualmente às pessoas jurídicas.

(D) É garantia legal a irrestrita liberdade de disposição do próprio corpo.

05. No capítulo relativo ao contrato de compra e venda, é correta a seguinte hipótese:

(A) a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, à taxa de mercado ou de bolsa, em função de índices de subjetiva determinação, mas não ao arbítrio exclusivo de uma das partes.

(B) de regra, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, mas as da tradição caberão ao comprador.

(C) juízes, serventuários e auxiliares da justiça não podem comprar bens sobre que se litigar em tribunal, juízo ou conselho, no lugar onde servirem, ou a que se estender a sua autoridade, sob pena de nulidade, hipótese inextensível à cessão de crédito.

(D) a venda realizada diretamente pelo mandante ao mandatário não é maculada de nulidade.

06. Assinale a alternativa correta.

(A) Os direitos autorais não podem ser objeto de proteção por meio de interdito proibitório, dada a impossibilidade do exercício da posse sobre coisas incorpóreas.

(B) A via adequada para fazer cessar o esbulho é a ação de manutenção de posse, enquanto que o remédio para a turbação é a de reintegração de posse, conquanto as ações possessórias sejam fungíveis.

(C) É também possuidor aquele que, mesmo achando-se em situação de dependência para com o outro, conserva a posse em nome deste, sob suas instruções.

(D) De regra, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

07. É correto afirmar que

(A) salvo no regime da separação, os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e rendimentos, para o sustento da família e a educação dos filhos.

(B) as causas suspensivas do casamento podem ser opostas por qualquer pessoa.

(C) se excluem da comunhão parcial de bens os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.

(D) é obrigatório o regime da separação de bens aos que contraírem matrimônio com inobservância das cláusulas de impedimento da celebração do casamento.

08. Acerca do Direito das Sucessões, assinale a alternativa correta.

(A) Considera-se imóvel o direito à sucessão aberta, exigindo-se escritura pública para sua cessão, não se admitindo que a renúncia da herança conste de termo judicial.

(B) A morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, repassável aos herdeiros, salvo se o óbito tiver ocorrido antes do vencimento do título.

(C) É eficaz a cessão, pelo coerdeiro, de seu direito hereditário sobre bem da herança singularmente considerado.

(D) É intransferível ao cessionário de direitos hereditários o direito de preferência inerente à qualidade de herdeiro.

09. Assinale a alternativa correta, no que tange ao direito real de habitação, assegurado ao cônjuge sobrevivente.

(A) É irrenunciável.

(B) Não dá direito aos frutos.

(C) Exige registro imobiliário para a sua constituição.

(D) Não é extensível o regime da separação de bens.

10. Assinale a alternativa correta.

(A) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.

(B) A exceção possui prazo autônomo e diverso que a pretensão.

(C) A decadência convencional não é suprível por declaração judicial não provocada.

(D) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita incondicionalmente aos demais.

Direito Processual Civil

As questões de números **11** a **19**, quando não houver menção expressa a outro diploma legal, referem-se à Lei nº 5.869/73, Código de Processo Civil, de 1973.

11. A cláusula de reserva de plenário (art. 97 CF)

(A) é compatível com o controle difuso de constitucionalidade.

(B) não está relacionada ao reconhecimento incidental de inconstitucionalidade.

(C) aplica-se à declaração de constitucionalidade de ato normativo do poder público.

(D) aplica-se à inconstitucionalidade superveniente.

12. No que tange à revelia e seus efeitos, assinale a alternativa correta.

(A) A fluência dos prazos, independentemente de intimação, vale para o réu que não conta com patrono nos autos e não reconvém.

(B) Em ação possessória tempestivamente contestada, a irregularidade de mandato do advogado do réu, não sanada, permite que o magistrado admita a pretensão inicial.

(C) É vedada ao revel a produção de provas, ainda que em tempo oportuno.

(D) A ação de anulação de casamento não contestada induz presunção de veracidade.

13. Com relação à confissão, assinale a alternativa correta.

(A) Em ação que verse sobre direitos indisponíveis, a confissão não faz prova contra o confitente se desacompanhada da confissão do outro cônjuge.

(B) A confissão judicial faz prova contra os litisconsortes e o confitente.

(C) É meio de prova que implica presunção absoluta de veracidade.

(D) É, de regra, indivisível.

14. É correto dizer, em relação à coisa julgada, que

(A) emerge da parte dispositiva da sentença não mais sujeita a recurso, salvo a remessa necessária.

(B) não se aplica à sentença omissa.

(C) para que ela se opere, deve haver dúplice identidade entre as ações.

(D) a alegação de decadência do direito do autor, reconhecida em ação cautelar, autoriza seu reconhecimento na ação principal.

15. Em tema de ação rescisória, afirma-se corretamente que

(A) se admite sua propositura contra sentença transitada em julgado, mesmo que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.

(B) o prazo decadencial para a sua propositura só se inicia quando da intimação do pronunciamento rescindendo.

(C) estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

(D) é cabível contra a sentença que resolve o mérito, quando as partes transigirem.

16. No que se refere à execução de título extrajudicial, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que

(A) o instrumento de confissão de dívida originária de contrato de abertura de crédito em conta corrente não constitui título executivo.

(B) o contrato de abertura de crédito em conta corrente é título executivo quando acompanhado do respectivo extrato.

(C) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito em conta corrente não goza de autonomia.

(D) o contrato de abertura de crédito em conta corrente é título executivo.

17. Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Prescreve a execução eis que alcançado o prazo de prescrição da ação.

(B) É penhorável a nua propriedade, resguardado o direito real de usufruto.

(C) O saldo em PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), de forte natureza de poupança previdenciária, é insuscetível de penhora.

(D) Instituída a cláusula de inalienabilidade, torna-se impenhorável o bem gravado.

18. Acerca da reconvenção, assinale a alternativa correta.

(A) Nas ações possessórias, o usucapião pode ser arguido pela via reconvencional.

(B) É admissível em ação declaratória de nulidade de cláusula contratual.

(C) É necessária a intimação pessoal do autor reconvindo para contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias.

(D) A existência de causa extintiva da ação obsta ao prosseguimento da reconvenção.

19. No que se refere ao mandado de segurança, é correto afirmar que

(A) a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão de autoridade.

(B) é inadmissível a via mandamental para discussão judicial, em execução, da dívida ativa da Fazenda Pública.

(C) se suspende o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a intimação do litisconsorte passivo necessário.

(D) é substitutivo de ação de cobrança.

20. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com relação a honorários advocatícios, estabelece que

(A) os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em ação própria.

(B) os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem exclusão da legitimidade da própria parte.

(C) arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir da sentença.

(D) são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Direito do Consumidor

21. É correto afirmar que:

(A) quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido pela inscrição de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, mesmo sem a prévia notificação do interessado acerca das notificações anteriores.

(B) na comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros de inadimplentes é dispensável o aviso de recepção.

(C) a inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos cadastros de inadimplentes pelo prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução ou da ação de conhecimento para cobrança da dívida.

(D) compete ao credor ou à instituição financeira a notificação do devedor antes de se proceder à inscrição no cadastro de proteção ao crédito.

22. Assinale a alternativa correta.

(A) O diploma consumerista é aplicável às instituições financeiras, mas não tem aplicação na relação entre entidade de previdência privada e seus participantes.

(B) As instituições financeiras, assim entendidas como prestadoras de serviços, respondem, independentemente da existência de culpa exclusiva de terceiros, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviço.

(C) Não vulnera o Código de Defesa do Consumidor a cobrança de tarifa básica de assinatura mensal pelo uso dos serviços de telefonia fixa.

(D) Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide multa moratória de até 10% do valor da prestação.

23. Assinale a alternativa correta, no que concerne ao tema da oferta.

(A) Descabe a responsabilidade solidária do fornecedor por ato de seu representante autônomo.

(B) O fornecedor, em caso de descumprimento da oferta, poderá exigir que o consumidor rescinda o contrato, restituindo-lhe o valor pago, monetariamente atualizado, além das perdas e danos.

(C) Em caso de oferta ou venda por reembolso postal, constarão o nome do fabricante e endereço na publicidade utilizada na transação comercial.

(D) Cessada a produção, a oferta de componentes, via de regra, deverá ser mantida por noventa dias.

24. Em tema de abusividade contratual, é correto afirmar que

(A) a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, desde que não caracterizada a onerosidade excessiva.

(B) é válida a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.

(C) a estipulação de juros moratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

(D) se admite limitação temporal de internação hospitalar do segurado em contrato de plano de saúde.

25. Quanto à coisa julgada e seus efeitos, conforme previstos no CDC, é correto afirmar que

(A) as hipóteses de efeito *ultra partes* relacionam-se à ação coletiva que tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos.

(B) se aplicam as regras da coisa julgada não só aos direitos do consumidor, mas também à tutela de interesses difusos ou coletivos de outras espécies que não consumeristas.

(C) os efeitos da sentença penal definitiva não são extensíveis aos direitos difusos e coletivos, notadamente no que se refere à reparação de danos.

(D) a sentença fará coisa julgada *erga omnes* se o pedido for julgado improcedente por falta de provas.

Direito da Criança e do Adolescente

26. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão *obrigatoriamente* comunicados, sem prejuízo de outras providências legais,

(A) ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

(B) ao Hospital Regional Infantil responsável pelo domicílio da criança.

(C) às Varas de Violência Doméstica para o cadastramento do domicílio.

(D) ao Juiz Corregedor da Comarca para a viabilização da adoção.

27. Quando o adolescente for apreendido em flagrante de ato infracional, será encaminhado

(A) à sua residência, uma vez que não é permitido prender o adolescente sem que o policial esteja acompanhado de um membro do conselho tutelar.

(B) aos familiares desde que esteja matriculado em escola da rede pública.

(C) à autoridade policial competente.

(D) à autoridade judiciária.

28. O Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescido pela Lei nº 12.010, de 2009, menciona que toda criança que estiver inserida em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada por equipe interprofissional ou multiprofissional, no máximo, a cada

(A) 4 (quatro) meses, e a permanência não se prolongará por mais de 1 (um) ano, salvo comprovado abandono afetivo.

(B) 12 (doze) meses, e a permanência não se prolongará por mais de 6 (seis) meses, salvo comprovada incapacidade física ou mental da criança.

(C) 2 (dois) meses, e a permanência não se prolongará por mais de 3 (três) anos, salvo determinação do Ministério Público.

(D) 6 (seis) meses, e a permanência não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse.

29. Tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta sobre as medidas da Adoção e do Estágio de Convivência.

(A) O adolescente pode ser ouvido judicialmente apenas para a apuração de seu interesse em cumprir o estágio de convivência.

(B) A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

(C) O estágio de convivência nunca poderá ser dispensado ainda que o adotando já esteja sob a tutela ou guarda legal do adotante.

(D) Nos casos envolvendo adoção por pessoa ou casal domiciliado fora do País, o estágio de convivência deverá ser cumprido por no mínimo 90 dias.

30. A condenação criminal de um pai ou de uma mãe, para efeitos relativos aos cuidados e guarda da criança ou adolescente,

(A) obriga o Estado a garantir as visitas da criança em local monitorado por equipe interdisciplinar das Varas da Infância e Juventude ou da Família.

(B) não implica a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.

(C) impõe a imediata destituição do poder familiar e o encaminhamento do filho ou da filha para família substituta ou acolhimento institucional.

(D) implica sempre a suspensão e a posterior destituição do poder familiar independentemente do crime cometido.

Direito Penal

31. Em matéria de ação penal, a decadência apresenta diferentes efeitos. Sobre isso, é correto afirmar que

(A) condiciona o agir do Ministério Público à condição de procedibilidade do ofendido em face do ofensor.

(B) na ação penal pública condicionada à representação, impede que a vítima apresente queixa-crime.

(C) sendo ação penal privada, ataca imediatamente o direito de agir do ofendido, e o Estado perde a pretensão punitiva.

(D) na ação privada, atinge o direito de o ofendido representar, e este não pode mais agir.

32. A mídia tem noticiado casos em que trabalhadores, em sua grande maioria estrangeiros, são submetidos a trabalhos forçados e jornadas exaustivas, configurando assim o crime de redução à condição análoga à de escravo. Sobre esse delito, assinale a alternativa que **não** o tipifica.

(A) Recusar o fornecimento de alimentação ou água potável.

(B) Restringir sua locomoção em razão de dívida contraída com o preposto.

(C) Vigilância ostensiva no local de trabalho.

(D) Apoderar-se de documentos ou objetos pessoais do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho.

33. A respeito da retratação nos crimes contra a honra, pode-se afirmar que fica isento de pena o querelado que, antes da sentença, retrata-se cabalmente

(A) da calúnia ou difamação.

(B) da calúnia, injúria ou difamação.

(C) da injúria ou difamação.

(D) da calúnia ou injúria.

34. No arrependimento posterior, o agente busca atenuar os efeitos da sua conduta, sendo, portanto, causa geral de diminuição de pena. Sobre esse instituto, assinale a alternativa correta.

(A) A grave ameaça não o tipifica.

(B) Pode ocorrer em crime cometido com violência, desde que o agente se retrate até a sentença.

(C) O dano não precisa ser reparado quando o crime foi sem violência.

(D) Deve operar-se até o recebimento da denúncia ou queixa.

35. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Não há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, mas o agente não realiza a subtração de bens da vítima.

(B) Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

(C) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

(D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

36. Segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) O tempo de duração da medida de segurança pode ultrapassar o máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

(B) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, ainda que em situação de alegada autodefesa.

(C) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

(D) É admissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante de roubo.

37. Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, pode-se afirmar que

(A) se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços).

(B) a vantagem almejada com a extorsão é necessariamente o pagamento do preço do resgate.

(C) se resultar em morte da vítima, tipifica homicídio.

(D) a pena é aumentada quando o sequestro superar, no mínimo, 48 horas.

38. No crime de falso testemunho ou falsa perícia,

(A) a conduta é tipificada quando realizada apenas em processo penal.

(B) incide-se no crime quando a afirmação falsa é feita em juízo arbitral.

(C) a pena aumenta da metade se o crime é praticado mediante suborno.

(D) a retratação do agente, antes da sentença em que ocorreu o falso testemunho, é causa de diminuição de pena.

S.P.Q.R. PREPARO JURÍDICO CURSOS PARA CONCURSOS

39. O afilhado que cuida e tem a função de curador de sua madrinha, esta com 65 anos de idade, acometida de Alzheimer, vendeu imóvel da ofendida por R$ 80.000,00, recebendo, inicialmente, R$ 20.000,00. Quando foi lavrada a escritura pública, o curador recebeu o restante do pagamento, no importe de R$ 60.000,00, apropriando-se do numerário. Assim,

(A) o afilhado é isento de pena por ter praticado o delito em prejuízo de ascendente.

(B) o comportamento do afilhado caracteriza o crime de estelionato, na modalidade de abuso de incapazes.

(C) o comportamento do afilhado caracteriza o crime de apropriação indébita, agravado em face da qualidade de curador.

(D) o comportamento do afilhado caracteriza o crime de apropriação, previsto no Estatuto do Idoso.

40. Profissional nomeado pela assistência judiciária para atuar como defensor dativo ingressa com ação contra o INSS, em favor da parte para a qual foi constituído, e posteriormente faz o levantamento do valor devido. Contudo, não repassou o dinheiro à parte, cometendo o delito de

(A) peculato, tendo em vista apropriar-se de dinheiro ou valor de que tem a posse em razão do cargo.

(B) furto mediante fraude, pois abusou da confiança da vítima.

(C) prevaricação, considerando que retardou ou deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício.

(D) apropriação indébita, uma vez que tinha a posse ou detenção do numerário.

Direito Processual Penal

41. A liberdade provisória, assegurada pela Constituição Federal e pelo Código de Processo Penal, não pode depender de um ato meramente discricionário do magistrado. Assim, a decisão deve conter a

(A) desnecessidade da manutenção da prisão apenas no momento processual.

(B) fundamentação sucinta e sem análise que prejudique o interesse do mérito.

(C) invocação, ainda que formal, dos dispositivos ensejadores de sua concessão.

(D) demonstração concreta que impõe a privação da liberdade antes da decisão de mérito.

42. O princípio do *in dubio pro sociedade* não altera a presunção de inocência, mas permite que a pronúncia seja decretada

(A) por ocasião da fase da pronúncia, quando vigora o princípio do *in dubio pro reo*.

(B) por mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária prova incontroversa do crime.

(C) pelo conselho de sentença, que irá analisar o juízo de admissibilidade da acusação.

(D) porque o juízo de certeza é do presidente do tribunal do júri.

43. A confissão do acusado no processo penal

(A) só pode ser admitida se houver outras provas.

(B) para ter validade, deve ser apresentada na polícia e em juízo.

(C) pode ser considerada válida ainda que feita somente na fase extrajudicial.

(D) nunca será tida como valor probante se houver posterior retratação judicial.

44. A sentença de transação penal, nos termos do artigo 76, parágrafo 5º, da Lei nº 9.099/95, tem as seguintes características:

(A) tem natureza homologatória e não faz coisa julgada material.

(B) tem natureza condenatória e gera eficácia de coisa julgada apenas material.

(C) possui natureza condenatória e gera eficácia de coisa julgada formal e material.

(D) possui natureza absolutória e não faz coisa julgada formal e material.

45. A formação da convicção do magistrado no processo penal tem por base inúmeros elementos. Assinale a alternativa que contenha elementos que vão ao encontro da sistemática do Código de Processo Penal como um todo.

(A) Vinculação das provas do processo à sua própria consciência e verdade formal.

(B) Livre convencimento e verdade material.

(C) Livre convencimento e motivação da decisão.

(D) Hierarquia prefixada de provas e livre apreciação dos elementos constatados nos autos.

46. Reeducanda que cumpre pena em regime fechado obteve a remição, pelo trabalho, de 37 dias de sua pena. Assim, os dias remidos serão computados

(A) do total da reprimenda e não considerados como pena efetivamente cumprida.

(B) de parte da pena e considerada apenas essa parcela da reprimenda como descontada.

(C) da integralidade da condenação, e a remissão computada como pena resgatada.

(D) da totalidade da pena, sendo considerado apenas o *quantum* que foi cumprido.

47. Um sentenciado cumpria pena em regime fechado, quando sobreveio nova condenação, com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Portanto, deve o magistrado

(A) somar a nova condenação ao restante da pena que está sendo cumprida, desconsiderando a restritiva de direitos.

(B) reconverter a restritiva de direitos em privativa de liberdade, mantendo o cumprimento isolado de cada pena imposta.

(C) reconverter a restritiva de direitos em privativa de liberdade, unificando as reprimendas.

(D) manter a restritiva de direitos suspensa, para que seja cumprida a privativa de liberdade em primeiro lugar.

48. Conforme o artigo 41, do Código de Processo Penal, "A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas". Portanto, a peça acusatória

(A) precisa apresentar algumas das condutas alegadamente praticadas pelo agente.

(B) deve descrever os fatos ilícitos, ainda que não em sua totalidade.

(C) pode conter elementos que sejam prescindíveis, mas relevantes para a imputação.

(D) necessita trazer a descrição do comportamento delituoso de forma escorreita.

49. Um réu foi condenado à pena de dois anos e quatro meses de reclusão pelo crime de furto mediante fraude, embora ainda no curso da instrução já existissem elementos indicativos de que outra seria a conduta e a definição jurídica do fato delituoso. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça deverá

(A) anular o processo para que haja a modificação da descrição do fato em primeira instância.

(B) absolver o acusado em face do descompasso entre a imputação e a condenação.

(C) determinar vista para que o Ministério Público adite a denúncia, no prazo de 05 dias.

(D) atribuir definição jurídica diversa daquela realizada anteriormente.

50. No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo condenação pelo crime de homicídio doloso por motivo fútil, a defesa recorre e requer a absolvição alegando a ocorrência de decisão contrária à prova dos autos. A apelação será desprovida com base no seguinte:

(A) o Conselho de Sentença decidiu de forma unânime e não cabe alteração.

(B) as decisões do Tribunal do Júri são soberanas e somente em casos de nulidade podem ser revistas.

(C) os jurados adotaram uma das vertentes possíveis e optaram por uma das versões apresentadas.

(D) o veredicto será alterado apenas quando a decisão for tomada por maioria e não por unanimidade.

Direito Constitucional

51. O "constitucionalismo moderno", com o modelo de Constituições normativas, tem sua base histórica

(A) a partir das revoluções Americana e Francesa.

(B) a partir da Magna Carta inglesa e no *Bill of Rights* da Inglaterra.

(C) com o advento do "Estado Constitucional de Direito", com uma Constituição rígida, estabelecendo limites e deveres aos legisladores e administradores.

(D) a partir das Constituições do México e de Weimar, ao estabelecer o denominado "constitucionalismo social".

52. A expressão "constitucionalização do Direito" tem, de modo geral, sua origem identificada pela doutrina

(A) na Constituição Federal brasileira de 1988, com seu conteúdo analítico e casuístico.

(B) nos julgamentos dos MI 712/PA, 670/ES e 708/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, alterando entendimento anterior para reconhecer sua competência para editar texto normativo diante da omissão legislativa, a fim de concretizar previsão constitucional.

(C) nos EUA, com o precedente firmado no julgamento do caso Marbury v. Madison, em 1803.

(D) na Alemanha, especialmente sob a égide da Lei Fundamental de 1949.

53. Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Rcl 4345/AC, na declaração de inconstitucionalidade de lei em sede de controle difuso, os efeitos da decisão

(A) não podem ter caráter geral em relação aos Tribunais Estaduais, e a Súmula Vinculante 10 (cláusula de reserva de plenário) impede a declaração de inconstitucionalidade de lei por órgão fracionário do Tribunal ou pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

(B) se tiverem reconhecida a sua eficácia geral, a vinculação ao decidido limita-se à parte dispositiva daquela decisão.

(C) podem gerar efeitos gerais, *ultra partes*, assemelhados a um caráter vinculante.

(D) podem ter efeito geral em relação aos Juízes e Tribunais Estaduais se e quando convertidos em Súmulas Vinculantes.

54. Reconhecida a força normativa do texto constitucional e aceita a sistematização proposta por Robert Alexy, é correto afirmar que os direitos fundamentais previstos

(A) têm natureza prestacional quando correspondem aos denominados direitos positivos.

(B) têm natureza prestacional, desde que correspondentes aos denominados direitos fundamentais da segunda "dimensão".

(C) têm todos natureza prestacional, em suas diferentes "dimensões".

(D) têm natureza prestacional, desde que vinculados à proteção da liberdade e da saúde.

55. Ao analisar decisões do Supremo Tribunal Federal na aplicação do princípio da igualdade, por exemplo na ADPF 186/DF (sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas), é correto afirmar que

(A) o princípio da igualdade é absoluto no que se refere à igualdade de gênero.

(B) a diferença salarial entre servidores com igual função em diferentes entes públicos não se sustenta diante do princípio da isonomia, a justificar revisão por parte do Judiciário.

(C) as discriminações positivas correspondem a maior efetividade ao princípio da igualdade.

(D) a Constituição Federal não estabelece distinção entre igualdade formal e material.

56. Diante de informação relativa a iminente publicação de matéria considerada ofensiva à intimidade e à honra de autoridade pública em jornal local, nos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 130/DF, é possível conceder ordem judicial que

(A) proíba a circulação da publicação jornalística considerada ofensiva, com base no art. 5º, V e X, da Constituição Federal.

(B) assegure, após configurado o dano causado à honra e à intimidade, a sua reparação.

(C) imponha alteração do conteúdo da matéria a ser divulgada, a fim de riscar ou suprimir expressões ofensivas à honra e à intimidade da vítima.

(D) proíba a inserção da matéria considerada ofensiva naquela publicação jornalística, embora autorizada sua circulação.

57. A divulgação, nos sites dos respectivos órgãos administrativos, de nomes e vencimentos de servidores públicos, observado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 652.777, é medida que

(A) deve ser reconhecida como legítima diante dos princípios constitucionais que regulam a atividade pública e da Lei Federal nº 12.527/11.

(B) deve ser vedada, como regra geral, atendendo apenas a eventual requisição ou consulta justificada, porque a Lei Federal nº 12.527/11 (acesso à informação) não impõe ou disciplina aquela divulgação.

(C) deve ser autorizada em relação aos denominados agentes políticos, ocupante de cargos eletivos, para conhecimento da população.

(D) deve ser limitada à indicação da remuneração genérica dos cargos, sem identificação pessoal dos servidores, em respeito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada dos servidores.

58. Proposta Ação Civil Pública pelo representante do Ministério Público, com pedido de alteração da política de transporte urbano do Município, a fim de que recursos sejam direcionados para ampliação das linhas de metrô, forma considerada mais eficiente, sob os aspectos urbanísticos e ambientais, em relação à construção de corredores para ônibus e reparos de vias públicas para veículos, tal pretensão

(A) deve ser deferida judicialmente porque é amparada constitucionalmente e atende ao denominado interesse público primário.

(B) não deve ser deferida sem prévia avaliação técnica e orçamentária, no âmbito do Judiciário (prova pericial), quanto aos impactos da medida.

(C) deve ser parcialmente deferida apenas para os exercícios seguintes, tendo em vista a necessidade de previsão na lei orçamentária anual.

(D) não deve ser deferida judicialmente porque preserva-se a escolha técnica de políticas públicas aos órgãos da Administração.

59. Determinada Câmara Municipal tem a iniciativa de, por meio de emenda à Lei Orgânica Municipal, estabelecer mudança na base de cálculo de benefício a servidor municipal e o respectivo pagamento é implementado. No ano seguinte, o novo Prefeito ingressa com a ação direta de inconstitucionalidade daquela alteração legislativa, sendo correto decidir (conforme precedente do órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na ADI 2222132-48.2014) que

(A) existe inconstitucionalidade por vício de iniciativa e a decisão judicial tem eficácia *ex nunc*, aplicando a modulação dos seus efeitos e declarando que os valores recebidos pelos servidores são irrepetíveis.

(B) existe inconstitucionalidade por vício de iniciativa e, diante do efeito repristinatório inerente à desconstituição da norma inconstitucional, devem ser devolvidos pelos servidores os valores recebidos, mediante compensação nos vencimentos futuros.

(C) existe inconstitucionalidade e seus efeitos são *ex tunc*, sendo que a modulação dos efeitos somente é permitida ao Supremo Tribunal Federal, preservando-se apenas pagamentos feitos até a data da decisão judicial.

(D) não existe inconstitucionalidade da modificação legislativa, tendo em vista sua aceitação pelo Prefeito anterior e como medida de proteção à segurança jurídica e boa-fé dos servidores.

60. Por meio de mandado de segurança preventivo, Vereador pretende obter ordem judicial obstando a tramitação de projeto de lei municipal que disciplina, no âmbito do Município, como deve ser ministrado o ensino religioso. Adotando como referência o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do MS 32033/DF, é correto afirmar que

(A) se não cabe mandado de segurança contra lei em tese, a pretensão deveria ser expressa por meio de ação declaratória, com pedido de tutela antecipada.

(B) como a matéria é regulada pela Constituição e por lei federal, é cabível o controle preventivo do conteúdo material da norma proposta.

(C) não é cabível o controle preventivo de constitucionalidade material das normas em curso de formação.

(D) o parlamentar tem legitimidade para promover o controle abstrato repressivo, logo, nada obsta que seja aceita a pretensão exposta em Juízo.

Direito Eleitoral

61. O sistema eleitoral brasileiro atual tem como característica:

(A) voto majoritário para o Executivo e o Senado, tendo como resultante o denominado Presidencialismo de coalizão.

(B) voto majoritário para o Executivo e o Senado, tendo como resultante o atual modelo de financiamento das campanhas.

(C) voto proporcional com lista fechada para as eleições majoritárias e proporcionais, o que submete o eleitor às escolhas das lideranças partidárias.

(D) voto proporcional com listas abertas para as eleições aos cargos do Legislativo, o que assegura maior participação a grupos minoritários no âmbito partidário.

62. A busca das condições de relativa "igualdade" na disputa eleitoral autoriza a disciplina da propaganda eleitoral, condição que inclui

(A) limitações à propaganda eleitoral em relação ao rádio e à televisão durante o período de campanha eleitoral.

(B) proibição de veiculação de programas e material jornalísticos descrevendo fatos "positivos" ou "negativos" a respeito de candidatos durante o período de campanha eleitoral.

(C) o controle prévio do conteúdo do material apresentado pelos Partidos e coligações para divulgação na campanha eleitoral.

(D) vedação de manifestações individuais nas "redes sociais" no período de campanha eleitoral.

63. A Justiça Eleitoral, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, **não pode**

(A) emitir opiniões, respondendo a consultas partidárias a respeito de situações apresentadas.

(B) apreciar deliberações dos órgãos máximos partidários em relação a questões eleitorais envolvendo os seus membros, diante da autonomia dos Partidos.

(C) estabelecer, por meio do juiz da respectiva zona eleitoral, regras municipais diferenciadas para propaganda eleitoral, por conta das peculiaridades locais, observada a competência legislativa municipal.

(D) emitir resoluções com caráter normativo secundário, relativas ao processo eleitoral diante do princípio da reserva legal.

64. O art. 22 da Lei nº 9.096/95, com a redação da Lei nº 12.891/13, estabelece como hipótese de cancelamento imediato de filiação partidária, entre outras:

(A) a filiação a outro partido, desde que comunicado o fato ao partido para cancelamento da filiação anterior.

(B) a expulsão do partido nos casos de posicionamentos contrários à liderança partidária, desde que consultados os filiados.

(C) a filiação a outro partido, comunicado o fato ao Juiz da respectiva zona eleitoral, prevalecendo a filiação mais recente em caso de coexistência de filiações.

(D) a perda dos direitos políticos diante de condenação, em decisão proferida por órgão colegiado, por ato de improbidade decorrente de dolo.

65. A liberdade e a autonomia partidária, asseguradas na lei e na Constituição Federal, permitem que os partidos políticos

(A) editem normas estatutárias definindo competência deliberativa exclusiva à presidência nacional do Partido, por conta de seu caráter nacional.

(B) estabeleçam normas estatutárias relativas a penalidades, suspensão de direito de voto ou perda de prerrogativas quanto aos seus filiados, por conta de suas condutas e votos.

(C) outorguem aos seus órgãos diretivos competência para escolha dos candidatos, independentemente de prévia fixação das regras de escolha em seu Estatuto.

(D) estabeleçam previsão estatutária que fixe sua imunidade ao controle judicial, em se tratando de competência *interna corporis*.

Direito Empresarial

66. Assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Exceto se houver expressa autorização no contrato social, na sociedade limitada, um sócio não pode ceder quotas a outro quotista sem o consentimento dos demais.

(B) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das suas quotas, salvo quanto à obrigação de integralização do capital, que é solidária.

(C) Na sociedade simples, a contribuição do sócio pode consistir apenas em serviços.

(D) Na sociedade limitada, em que o capital social ainda não estiver integralizado, a designação de administrador não sócio depende da aprovação pela unanimidade dos sócios.

S.P.Q.H. PREPARO JURÍDICO CURSOS PARA CONCURSOS

67. Em relação às sociedades anônimas, é correto afirmar que

(A) a critério de seus fundadores, a sociedade anônima que tenha por objeto social atividade rural poderá ser inscrita no registro civil de pessoas jurídicas.

(B) desde que não haja oposição de qualquer dos acionistas presentes, a assembleia geral da S/A fechada pode deliberar a distribuição de dividendos inferiores aos fixos ou mínimos estipulados para os acionistas preferencialistas.

(C) o acordo de acionistas registrado na Companhia pode vincular o voto dos membros do conselho de administração eleitos pelos sócios que o tenham firmado.

(D) a assembleia geral não pode suspender o exercício dos direitos de acionista em mora com obrigações impostas pelo estatuto, salvo se tal obrigação decorrer de expressa disposição legal.

68. A respeito da escrituração mercantil, é **incorreto** afirmar que

(A) os livros obrigatórios do empresário e da sociedade empresária devem ser autenticados na Junta Comercial.

(B) quando preencherem os requisitos legais, os livros contábeis fazem prova a favor de seu titular, nos litígios entre empresários.

(C) as sociedades anônimas deverão manter registros permanentes, observando a legislação e os princípios de contabilidade geralmente aceitos e registrar suas mutações patrimoniais segundo o regime de caixa.

(D) o exame de livros comerciais, em ação judicial envolvendo contratos mercantis, fica limitado aos lançamentos correspondentes às transações entre os litigantes.

69. Sobre títulos de crédito, é correto afirmar que

(A) não é possível o preenchimento do título de crédito incompleto pelo credor após a sua emissão.

(B) na cédula de crédito bancário pode ser constituída garantia real em documento separado, desde que se faça mera referência a isso no corpo da cédula.

(C) o devedor deve conferir a autenticidade das assinaturas de toda a cadeia de endossos lançados no título, antes de realizar o pagamento ao último endossatário e portador.

(D) o endossatário de endosso em branco pode mudá-lo para endosso em preto, desde que o complete com o seu nome ou de terceiro, bem como pode endossar novamente o título, mas não pode transferi-lo sem novo endosso.

70. Sobre alienação dos estabelecimentos empresariais, é correto afirmar:

(A) exige que o alienante ceda, separada e individualmente, ao adquirente cada um dos contratos estipulados para a exploração do estabelecimento.

(B) permite que o alienante se restabeleça de imediato se assim desejar, continuando a exploração da mesma atividade, caso não haja expressa vedação contratual no contrato de trespasse.

(C) o contrato de alienação de estabelecimento produzirá efeitos imediatos entre as partes e perante terceiros, salvo se alienante e adquirente exercerem o mesmo ramo de atividades, quando a operação ficará na dependência da aprovação da autoridade de defesa da concorrência.

(D) a alienação implica a responsabilidade do adquirente pelos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, sem prejuízo da obrigação solidária do devedor primitivo na forma da lei.

71. Nos termos da Lei nº 12.529/11, **não constitui** por si só infração da ordem econômica os atos dos competidores que tenham por objeto ou possam produzir o seguinte efeito:

(A) dominar mercado relevante de bens ou serviços.

(B) falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência.

(C) limitar a livre iniciativa.

(D) exercício de forma abusiva de posição dominante.

72. Assinale a alternativa correta sobre os contratos empresariais.

(A) Existindo cláusula resolutiva expressa no contrato de arrendamento mercantil, a constituição em mora do arrendatário não exige notificação prévia.

(B) É permitida na representação comercial a estipulação de cláusulas *del credere*.

(C) A circular oferta de franquia pode ser entregue pelo franqueador ao franqueado após a assinatura do contrato e do pagamento das taxas pertinentes.

(D) No contrato de locação comercial de imóvel urbano que tenha sido construído pelo locador para atender a especificações fixadas pelo locatário, as partes podem estipular a renúncia à revisão do locativo durante a vigência do contrato.

S.P.Q.R. CURSOS PARA CONCURSOS JURÍDICO

73. Nos contratos bancários,

(A) o julgador pode conhecer de ofício a abusividade de cláusulas.

(B) os juros moratórios sujeitam-se ao limite de 1% ao mês, caso não se trate de contratos bancários regidos por legislação específica.

(C) os juros remuneratórios superiores a 12% ao ano presumem-se abusivos, cabendo à instituição financeira demonstrar sua adequação e razoabilidade.

(D) a comissão de permanência pode ser cumulada com os juros remuneratórios contratados.

74. No período de seis meses, a contar do deferimento da recuperação judicial,

(A) não são suspensas as execuções fiscais em face da recuperanda.

(B) é permitido retirar do estabelecimento do devedor bens móveis sobre os quais o credor tenha propriedade fiduciária, mesmo que sejam eles essenciais à atividade empresarial do recuperando.

(C) não tramitam as ações propostas contra a recuperanda que demandem quantias ilíquidas.

(D) o juízo da recuperação judicial é competente para decidir sobre a constrição de todos os bens da recuperanda, mesmo que não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.

75. Na falência, é correto afirmar que

(A) na realização do ativo, o juiz deverá dar preferência à alienação separada e individualizada de cada um dos ativos que integram a massa, em lugar da venda em bloco dos estabelecimentos da empresa.

(B) são exigíveis contra a massa falida juros vencidos após a decretação da falência, independentemente da suficiência do ativo apurado para pagamento dos credores subordinados, desde que estejam previstos em lei ou contrato.

(C) um sócio da sociedade falida pode exercer seu direito de retirada, mesmo após a decretação da falência.

(D) os créditos trabalhistas cedidos a terceiros passam a ser considerados quirografários.

Direito Tributário

76. Comerciante utiliza notas fiscais de compras de mercadorias para aproveitamento dos respectivos créditos de ICMS e, posteriormente, a empresa fornecedora daqueles bens tem suas atividades encerradas, e reconhecidas pelo Fisco como inidôneas as notas fiscais por ela emitidas. Diante de tal situação,

(A) nos termos do art. 136 do CTN, a responsabilidade por infrações tributárias independe da intenção do agente, logo, no caso, irrelevante a boa ou má-fé dos envolvidos nas operações.

(B) a boa-fé do comerciante não impede que seja apurada a veracidade daquelas transações comerciais que originaram as notas fiscais declaradas inidôneas.

(C) a boa-fé do comerciante que utilizou aquelas notas fiscais declaradas inidôneas impede que seja autuado pelo Fisco.

(D) a má-fé do emitente das notas fiscais contamina as operações subsequentes, invalidando-as e autorizando a autuação.

77. Na cobrança do ISSQN sobre serviços bancários, é correto afirmar, com base nos atuais julgamentos do STJ, que

(A) a lista de serviços previstos na legislação é taxativa e não admite outras inclusões.

(B) a lista de serviços previstos na legislação é taxativa, porém, admite leitura extensiva para serviços idênticos embora com denominações distintas.

(C) a lista de serviços previstos na legislação é exemplificativa, logo, admite outras inclusões.

(D) a lista de serviços previstos na legislação para a atividade bancária tem tratamento específico porque os serviços bancários têm natureza genérica, sujeitos, portanto, como regra, ao pagamento daquele tributo.

78. Na Arguição de Inconstitucionalidade 0056693-19.2014, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao analisar legislação do Município de São Paulo, fixando a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), concluiu que

(A) a base de cálculo do ITBI a ser considerada pelo contribuinte é aquela periodicamente apurada pelo órgão municipal competente.

(B) compete ao contribuinte impugnar, caso discorde da cobrança, o valor indicado como base de cálculo do ITBI pela Municipalidade, presumido como correto.

(C) é válido instituir como base de cálculo do ITBI o valor pelo qual o bem ou direito é negociado à vista.

(D) o contribuinte deve recolher o ITBI e o IPTU adotando como base de cálculo o valor venal de referência.

79. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 639632 AgR/MS, ao analisar a questão relativa à cobrança progressiva do IPTU estabeleceu alguns parâmetros e, de acordo com tal julgamento, é correto afirmar que

(A) a parafiscalidade é o fenômeno por meio do qual se busca a concretização da função social da propriedade.

(B) é inconstitucional o regime de alíquotas progressivas do IPTU com base no valor venal do imóvel.

(C) a progressividade extrafiscal também tem previsão normativa no Estatuto da Cidade.

(D) os pressupostos e condições para aplicação da progressividade extrafiscal e da progressividade fiscal devem ser os mesmos.

80. Considerando o disposto no art. 24 da Constituição Federal, ao tratar da competência concorrente da União, Estados e Municípios, em matéria tributária, é correto afirmar que

(A) a norma jurídica editada por um ente federativo no âmbito de sua competência tributária exige que os demais entes federativos respeitem sua incidência, dentro dos respectivos limites geográficos estaduais.

(B) a lei geral federal prevalece em relação às leis estaduais e estas prevalecem em relação às leis municipais, nos termos das Constituições Estaduais.

(C) a competência residual tributária quanto aos impostos é da União, observado o disposto no art. 154, I, da Constituição Federal.

(D) na ausência de normas gerais federais, os Estados têm competência para legislar em matéria tributária, e, na ausência de leis federais e estaduais, os Municípios têm a referida competência, o que se denomina competência concorrente cumulativa.

81. Na hipótese da União, mediante tratado internacional, abrir mão de tributos de competência de Estados e Municípios, nos termos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE 229096), é correto afirmar que

(A) se caracteriza a denominada isenção heterônoma, vedada nos termos do art. 151, III, da Constituição Federal.

(B) se caracteriza violação ao princípio federativo, objeto de cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4º, I, da Constituição Federal.

(C) o tratado é válido desde que acompanhado de medidas de "compensação tributária" em favor dos Estados e Municípios prejudicados.

(D) se insere a medida na competência privativa do Presidente da República, sujeita a referendo do Congresso Nacional, com prevalência dos tratados em relação à legislação tributária interna.

82. Na disciplina das isenções, imunidades e hipóteses de não incidência, é correto afirmar que

(A) quem pode isentar também pode conceder imunidade.

(B) quem pode tributar pode isentar.

(C) alíquota zero e isenção são expressões juridicamente equivalentes.

(D) não incidência é situação juridicamente distinta de imunidade e de não competência.

83. Quando a legislação tributária estabelece que é responsável pelo recolhimento do tributo terceira pessoa, vinculada ao mesmo fato gerador ocorrido, estamos diante da situação denominada

(A) reponsabilidade *stricto sensu*, "por transferência".

(B) solidariedade passiva tributária por imposição legal.

(C) substituição tributária "para frente".

(D) substituição tributária "para trás".

84. Diante do disposto nos artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional, fixando, respectivamente, prazo de cinco anos para constituição do crédito tributário e igual prazo para cobrança do crédito tributário, é correto afirmar que

(A) a prescrição intercorrente pode ser reconhecida nos períodos decorridos até a constituição do crédito tributário ou após iniciada a cobrança, contados os prazos separadamente.

(B) nos casos de tributos sujeitos a lançamentos por homologação, diante do pagamento do valor declarado e ausente fraude ou simulação, a prescrição do crédito tributário é de cinco anos, contados do fato jurídico tributado.

(C) a Fazenda tem dez anos (regra cinco mais cinco) para obter seu crédito tributário.

(D) a Fazenda tem cinco anos para obter seu crédito tributário.

85. O art. 655-A do Código de Processo Civil ainda em vigor e o art. 11 da Lei nº 6.830/80 indicam o dinheiro, em espécie ou depósito, como preferencial para penhora; de outra parte, o art. 620 do Código de Processo Civil ainda vigente e o art. 185-A do Código Tributário Nacional recomendam, respectivamente, que a execução se faça "pelo modo menos gravoso ao credor" e que, se o devedor não pagar ou indicar bens, deverá ser decretada a indisponibilidade de seus bens e direitos. Diante de tais disposições, o Superior Tribunal de Justiça tem concluído que

(A) o Juiz deve verificar, inicialmente, se foram esgotadas as diligências para localização de bens do devedor antes de determinar a penhora *on-line*.

(B) a penhora de dinheiro em espécie ou depósitos judiciais só é possível após expressa e fundamentada justificativa da Fazenda.

(C) indicados bens não poderá ser efetivada a denominada penhora *on-line*.

(D) não pago o valor devido nem indicados bens à penhora, o bloqueio de ativos financeiros do devedor é medida que prescinde de outras diligências prévias por parte do credor.

Direito Ambiental

86. Sobre a servidão ambiental instituída pela Lei nº 6.938/81 e alterada pelas Leis nº 7.804/89, nº 11.284/06 e nº 12.651/12, é correto afirmar que

(A) a servidão ambiental não pode ser instituída como modo de compensação de Reserva Legal.

(B) a servidão ambiental pode ser alienada, cedida ou transferida totalmente durante sua vigência.

(C) a servidão deverá ser sempre gratuita e pode ser instituída por instrumento público ou particular.

(D) a servidão florestal não se confunde com a servidão ambiental, devendo esta prevalecer sobre aquela quando houver sobreposição.

87. Com relação à gestão de resíduos sólidos instituída pela Lei nº 12.305/10, é correto afirmar que

(A) o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pode, mediante termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade destes nos sistemas de logística reversa, vedada a cobrança por essas atividades.

(B) a Lei instituiu a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa dividindo a responsabilidade entre os fabricantes e os comerciantes de produtos como pilhas e baterias, agrotóxicos, pneus, equipamentos e componentes eletrônicos e lâmpadas, entre outros.

(C) a Lei de Resíduos Sólidos permite a incineração de resíduos sólidos desde que realizada com emprego de equipamentos devidamente licenciados pela autoridade ambiental competente.

(D) não estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os estabelecimentos comerciais cujos resíduos gerados em suas atividades sejam caracterizados, por sua natureza, composição ou volume, como não perigosos.

88. A Constituição Federal previu que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecendo incumbências ao poder público para assegurar a efetividade desse direito. Dentre essas incumbências arroladas no art. 225, **não está** a seguinte:

(A) fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético.

(B) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

(C) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.

(D) exigir para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a recuperação do meio ambiente degradado.

89. Nos termos da Resolução CONAMA 001, de 1986, o relatório de impacto ambiental – RIMA deve refletir as conclusões do estudo de impacto ambiental e terá um conteúdo mínimo. A alternativa que **não reflete** a exigência de conteúdo mínimo obrigatório de um RIMA é:

(A) a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados e a estimativa de custos para implementação das medidas mitigadoras exigidas.

(B) os objetivos e as justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais.

(C) a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto e a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade.

(D) a recomendação quanto à alternativa mais favorável para o empreendimento.

90. Em relação às Áreas de Preservação Permanente, é **incorreta** a seguinte afirmação:

(A) é permitido ao poder público se utilizar do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes.

(B) todo imóvel rural situado no território nacional deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no correspondente a 20% da área total do imóvel.

(C) é lícita a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente para implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água.

(D) é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução em Área de Preservação Permanente nas hipóteses de realização, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

Direito Administrativo

91. O instituto da desapropriação, no direito brasileiro, é regido por norma editada por decreto-lei na década de 40 e recepcionada pela Constituição Federal de 1988, com algumas alterações pontuais procedidas por legislação posterior. Sobre o instituto da desapropriação, é correto afirmar que

(A) só é possível a expropriação de bens imóveis com prévia indenização em dinheiro ou, em algumas hipóteses, em títulos públicos com vencimento em prazo de, no máximo, cinco anos.

(B) a desapropriação exige que os bens expropriados sejam destinados a uma finalidade ou utilidade públicas, incorporando-se ao patrimônio público, vedada a sua posterior alienação em favor de particulares.

(C) na desapropriação de bem imóvel, a declaração de utilidade pública deve especificar o bem dela objeto e se circunscrever àquela área necessária àquela finalidade, vedada sob pena de nulidade do ato expropriatório a inclusão de área lindeira para futura alienação e captura da valorização imobiliária pelo poder público.

(D) a prática dos atos necessários à desapropriação pode ser exercida por particulares mediante delegação pelo poder público à iniciativa privada.

92. Quanto às parcerias público-privadas em sentido estrito, é correto afirmar que

(A) é vedado que numa PPP o particular receba recursos públicos a qualquer título que não seja de financiamento por instituição financeira, antes de iniciar a prestação dos serviços objeto da PPP.

(B) a contratação de parcerias público-privadas será precedida de licitação devendo o contrato ser adjudicado à empresa ou ao consórcio de empresas que se sagrou vencedor do certame, vedado que o objeto da parceria seja cometido a pessoa jurídica distinta dos adjudicatários.

(C) se inclui entre as cláusulas necessárias dos contratos de PPP a que contenha as penalidades aplicáveis à Administração Pública.

(D) elas só podem ter por objeto a prestação de serviços públicos divisíveis de que a Administração seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra.

93. À luz da Lei nº 12.846/13, denominada Lei Anticorrupção (LAC), é correta a afirmação constante em qual das alternativas a seguir?

(A) Com base na LAC, podem ser aplicadas na esfera administrativa as sanções de multa, publicação extraordinária da decisão condenatória e declaração de inidoneidade da pessoa jurídica envolvida nos ilícitos.

(B) As punições previstas na LAC somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo, no âmbito do qual seja possível o exercício da ampla defesa com todos os meios e recursos a ela inerentes, e conduzido por comissão integrada por, no mínimo, dois servidores estáveis.

(C) A competência para instauração e julgamento do processo administrativo de responsabilização por atos de corrupção pelos envolvidos caberá à autoridade máxima de cada órgão ou ente público do respectivo poder, vedada a delegação desta competência.

(D) A autoridade máxima do órgão ou entidade pública, com a anuência do Ministério Público, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por atos de corrupção desde que esta identifique os demais envolvidos na infração, forneça com celeridade provas e documentos, seja a primeira a se manifestar e cesse completamente seu envolvimento.

94. Sobre o dever constitucional da Administração Pública realizar licitação para contratar obras, serviços, compras e alienações, bem como para delegar a prestação de serviços públicos por meio de concessão ou permissão, é correto afirmar que

(A) respeitadas as modalidades de licitação previstas na lei geral editada pelo Congresso Nacional, Estados e Municípios podem estabelecer modalidades licitatórias adicionais para a Administração Pública no seu âmbito federativo.

(B) a licitação se presta a assegurar à Administração a obtenção da proposta economicamente mais barata e a garantir condições e oportunidades idênticas a todos os particulares interessados.

(C) a Constituição prevê a existência de uma única lei contendo normas gerais para todos os entes e órgãos públicos de qualquer ente da Federação.

(D) é possível que a licitação seja utilizada para a consecução de pautas de políticas públicas que conflitem com os princípios da economicidade e da isonomia.

95. Em matéria de processo administrativo, no Estado de São Paulo, convivem normas processuais constantes em Lei Federal (Lei nº 9.784/99) e Estadual (Lei nº 10.177/98). No regime jurídico do processo administrativo aplicado à Administração Pública estadual, é correto afirmar que

(A) a Administração não pode anular seus atos se passados mais de dez anos contados de sua produção, mesmo que causadores de prejuízo, independentemente do direito ao ressarcimento.

(B) no processo administrativo, os atos preparatórios ou de mero expediente não podem ser objeto de recurso hierárquico, podendo ser impugnados por meio de agravo retido ou pedido de reconsideração endereçado à autoridade que tiver praticado o ato.

(C) a Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, ainda que o mesmo tenha sido objeto de impugnação por interessado.

(D) as competências não são renunciáveis nem delegáveis, podendo ser avocadas em caráter excepcional e transitório.

96. Sobre os consórcios públicos regulados pela Lei nº 11.107/05, **é incorreto** afirmar que

(A) se um consórcio público é inicialmente constituído pela União, dois Estados e cinco Municípios situados no território de um desses Estados e, durante o processo de ratificação do Protocolo de Intenções pelos legislativos, a Assembleia Legislativa de um desses Estados nega a ratificação, esse Consórcio não poderá ser constituído com a participação da União.

(B) o contrato de consórcio deverá prever contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, vedada a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos.

(C) o Consórcio Público formado por um Estado e vários Municípios, que assume personalidade jurídica de direito público, passa a integrar a administração autárquica concomitantemente de todos os entes federados integrantes de sua composição.

(D) constitui ato de improbidade do agente público delegar a prestação de serviço público a órgão ou pessoa jurídica pertencente a outro ente da Federação por instituto diverso do contrato de programa.

97. Sobre os Contratos Administrativos, é correto afirmar:

(A) na licitação na modalidade de pregão, regulada pela Lei nº 10.520/02, apenas após o encerramento da etapa competitiva o pregoeiro verificará a documentação do licitante vencedor, quando então deverá verificar sua habilitação jurídica, fiscal, técnica, econômica e a validade de sua garantia de proposta.

(B) a contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

(C) ressalvada a hipótese de contratação integrada nos demais regimes de execução é proibida a participação do autor do projeto básico como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, na licitação de obra ou serviço ou na sua execução.

(D) a Ata de Registro de preços constitui modalidade de licitação para contratações cujo orçamento estimado não alcance o valor que obriga a adoção da modalidade concorrência.

98. O regime jurídico dos servidores públicos tem um amplo tratamento na Constituição Federal, além de ser disciplinado em lei estatutária de cada ente da federação. Com relação ao regime geral dos servidores públicos, é correto afirmar que

(A) no direito brasileiro é possível que um não servidor público exerça função pública sem que o agente seja ocupante de cargo público em que tenha sido regularmente investido.

(B) um servidor aposentado pelo regime de previdência do setor público somente poderá acumular os proventos com a remuneração de cargo público se o cargo em que se aposentou e aquele posteriormente ocupado forem acumuláveis nos termos da Constituição.

(C) o servidor público estável só pode ser demitido a bem do serviço público após processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurado o amplo direito de defesa exercida por meio de advogado por ele constituído ou dativo.

(D) o servidor aprovado em concurso público, após adquirir estabilidade, só pode deixar de ocupar o cargo no qual foi investido por promoção, exoneração a pedido ou após regular processo administrativo disciplinar ou ainda quando requerer a aposentadoria, preenchidos os requisitos legais.

99. Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa correta.

(A) As tarifas de remuneração da prestação de serviços públicos concedidos deverão ser fixadas pelo preço da proposta vencedora da licitação nos termos de sua proposta e sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço alternativo e gratuito para o usuário.

(B) A prestação de serviço público diretamente pelo poder público é imune à aplicação do regime de proteção contido no Código de Defesa do Consumidor por caracterizar relação de prestação ao usuário e não relação de consumo.

(C) Os serviços públicos previstos na Constituição que sejam passíveis de concessão aos particulares só poderão ser remunerados por meio de tarifas.

(D) A prestação do serviço público não pode ser interrompida por inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, pois sendo um serviço essencial, o corte fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

100. Sobre os bens públicos, é correta a seguinte assertiva:

(A) só se sujeitam ao regime de bens públicos aqueles bens que pertençam a pessoa jurídica de direito público.

(B) é vedado o uso privativo de bem público de uso comum por particular, salvo se a lei expressamente autorizar.

(C) a afetação de bens ao uso comum pode decorrer de ato de vontade de um particular.

(D) bens públicos de uso comum são aqueles abertos à fruição de todo cidadão, de modo incondicionado e gratuito.

A.R.Q.R.
MEGA JURÍDICO
CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.
PREPARO JVRÍDICO
CURSOS PARA CONCURSOS